

nossa Fafá de Belém, que, com sua voz e sensibilidade, deu um toque de emoção e mobilização àquele movimento; ao Governador Dante de Oliveira, pela sua obstinação, pelo fato de ter proposto aquela emenda, pela sua juventude naquele momento e por lutar por ideais neste País. Quero agradecer também a duas pessoas que não estão mais conosco, às quais dou especial destaque: o Sr. Diretas, nosso Ulysses Guimarães, que, infelizmente, não tive a honra de conhecer pessoalmente ou de estar nesse Parlamento juntamente com ele, e ao nosso Presidente Tancredo Neves. São duas pessoas que, sem dúvida alguma, representam tudo aquilo que nós queremos para nosso País: liberdade democrática, liberdade para expressar opiniões, liberdade para um país mais justo.

Tenho a pretensão de agradecer, em nome de toda uma geração, a todos aqueles que participaram desse movimento por nos permitirem ajudar na construção de um Brasil melhor para todos nós.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Trad) – A Mesa registra a presença em plenário do Governador do Estado de Tocantins, através do seu representante, Deputado Paulo Mourão.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Trad) – Concedo a palavra ao Deputado Franco Montoro, pelo PSDB.

**O SR. FRANCO MONTORO** (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, demais participantes desta sessão solene, é de justiça, em primeiro lugar, render a nossa homenagem ao autor desta iniciativa, Deputado Lino Rossi.

Se a história é a mestra da vida, cultivá-la é receber, manter e lembrar as grandes lições. A memória é essencial à vida de um povo, especialmente a de uma democracia.

A campanha das Diretas foi um dos episódios mais emocionantes e importantes da nossa história por duas razões fundamentais: primeiro, porque foi um movimento de mobilização popular, do qual participaram, com entusiasmo e vibração, todos os setores da sociedade civil; segundo, porque foi um movimento vitorioso, ou seja, produziu resultado. Foi o movimento que derrubou a ditadura no Brasil.

A ditadura não caiu por meio de golpe ou de contragolpe de Estado. Foi o povo nas ruas que forçou a maioria do Colégio Eleitoral a atender àquela reivindicação popular. Foi a campanha das Diretas que derrubou a ditadura militar que dominava o País desde o golpe de 1964. E essa campanha não foi

um movimento isolado em nossa história. Ela teve antecedentes, e tem conseqüências e efeitos de valor, os quais devem ser lembrados neste momento.

Dentro da limitação de tempo que tenho, vou procurar sintetizar os antecedentes.

O primeiro, sem dúvida, foi a fundação do Movimento Democrático Brasileiro, que uniu brasileiros de todas as tendências que se dispunham a, juntos, lutar pela derrubada da ditadura. Foi uma decisão séria e bastante controvertida. Muitos acreditavam que fazer um movimento, criar um partido, naquele momento, seria coonestar a ditadura. Mas nós e muitos outros — vejo alguns dos companheiros presentes, como o Deputado Alceu Collares — sustentávamos que, se havia uma trincheira de luta, um lugar para lutar, era preciso ocupá-lo, e o ocupamos. Isso em 1966.

Em 1974, esse Movimento Democrático Brasileiro, que não era um partido, mas um movimento que reunia todas as tendências, teve a sua primeira vitória; e foi a primeira derrota da ditadura. A ditadura, o Governo autoritário foi derrotado em dezesseis Estados do Brasil, e foram eleitos dezesseis Senadores da Oposição. Alguns historiadores, ao examinar a luta contra a ditadura, mencionam este como o primeiro momento da luta com aspectos de vitória no combate à ditadura.

Outro episódio importante, historicamente, da maior significação foi a proposta, afinal aprovada de forma indireta, da Emenda Constitucional que restabeleceu a eleição direta de Governadores contra o famoso AI-5 que havia criado a figura ridícula dos Governadores biônicos. E em 1982 o eleitorado do Brasil elegeu dez Governadores da Oposição em importantes Estados do País. Era mais um passo nessa luta.

Trouxe e distribuí a todos os presentes os remanescentes de uma publicação minha que relembra a primeira fase da luta para as eleições diretas para Governador.

Na pág. 23 desse documento, lembramos a história relativa à farsa biônica:

Para assegurar a continuidade do sistema de poder centralizado e autoritário, o Presidente da República, após fechar o Congresso Nacional, alterou de forma arbitrária as normas constitucionais vigentes e estabeleceu um conjunto de medidas casuísticas que ficaram conhecidas como “pacote de abril”.

A esses, o povo e a imprensa, na sua intuição simples e sábia, passaram a deno-

minar senadores e governadores “biônicos”. Alguns líderes do Governo estranharam e tentaram desmoralizar a denominação, e protestaram contra seu uso. Mas o povo tem razão.

Por que “biônicos”? Exatamente porque, como o homem biônico dos programas de televisão, esses personagens estão sendo fabricados artificialmente pela máquina do Governo.

Continuando, temos na pág. 24, o exemplo de São Paulo:

Nas últimas eleições gerais para a Assembléia Legislativa, a Câmara Federal e o Senado, a população do Estado deu mais de 70% dos votos ao MDB e apenas 30% à Arena. Entretanto, no Colégio Eleitoral instituído pelo pacote de abril, para a escolha dos Governadores e Senadores “biônicos”, por esse processo, a Arena terá 1.001 votos e o MDB 250. Isto é, os 70% se transformam em 30% e os 30 em 70.

A autoridade determinava, e foi aqui, no Congresso Nacional, que surgiu a emenda, em cuja apresentação há texto que merece ser lembrado:

Por que eleições Diretas Já?

- 1º) para acabar com a farsa “biônica”;
- 2º) para que não se continue usurpando o direito do povo de eleger seus governantes e seus representantes;
- 3º) para que a comunidade nacional passe da “passividade tutelada” para a “participação responsável”.
- 4º) para que tenhamos um governo voltado para o povo e não para os interesses de grupos privilegiados;
- 5º) porque só um governo com raízes do povo será capaz de promover o verdadeiro desenvolvimento nacional;
- 6º) porque só com eleições diretas haverá verdadeira segurança e pacificação no País.

Esses documentos históricos relembram, neste dia de memória, aqueles fatos, e explicam como aquele movimento cresceu — ou seja, com a apresentação dessa emenda que restabeleceu as eleições diretas de Governadores. Esses episódios estão nesse livro que escrevemos e do qual citamos algumas páginas. E ao citar os fundamentos, o projeto lembra o princípio vigente desde a queda da Monarquia.

Na página 25, vamos encontrar o fundamento dessa emenda e dessa luta. O princípio vigente, desde a queda da Monarquia, é de que “todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”. Princípio esse afirmado na generalidade das Constituições modernas, e que se vincula, num plano mais elevado, à própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, que assim dispõe, em seu art. 21: “A vontade do povo será a base da autoridade dos Governos”.

Com esse fundamento, criou-se um movimento de opinião pública. Mas, como na Emenda Dante Oliveira, a emenda foi rejeitada mais uma vez. Porém, era tão grande o impulso que a opinião pública e o próprio Congresso Nacional refletiam desse fato, que o próprio Governo, pouco depois, através do seu Líder, apresentava uma emenda semelhante, que afinal foi aprovada. Realizaram-se então as eleições de 1982. Nessas eleições — a base da campanha das Diretas —, a Oposição elegeu dez Senadores, inclusive nos grandes Estados do Brasil: nove do MDB e um do PDT, Leonel Brizola. Eleitos os Governadores, começou um movimento de opinião pública.

Agora, menciono um fato pouco conhecido: houve uma reunião na casa do José Lins, um mecenas do Rio de Janeiro — um jantar com a presença de artistas, jornalistas, intelectuais, ao qual eu havia sido convidado. Eu, Governador recém-eleito, respondia às perguntas que me eram feitas. Em determinado momento, o jornalista e escritor Oto Lara Resende deu um murro na mesa e, de forma até um pouco violenta, disse: “Governador, os senhores não foram eleitos para administrar apenas farol alto! Os senhores foram eleitos para dar seguimento à luta pela democracia!” Aceitei, evidentemente, as palavras de Oto Lara Resende como colaboração. Eu disse: “Estou respondendo a perguntas que me foram feitas, que são sobre a administração. Mas concordo com você. Realmente, a nossa responsabilidade maior, para dar continuidade ao apoio que o povo nos deu, é dar seguimento a essa luta”. E disse, mais: “Na próxima semana, terei encontro com Tancredo Neves em Poços de Caldas e vou levar o recado dos artistas e dos intelectuais do Brasil, que estavam reunidos no Rio de Janeiro.”

Aqui se vê, mais uma vez, a importância do artista. Fafá de Belém, por exemplo, acompanhou desde o início esse movimento, e acaba de lembrar, nessa execução maravilhosa do Hino Nacional, o aspecto entusiástico e heróico daquele momento, que foi um movimento do povo brasileiro.

Realmente, dias depois, fui a Minas Gerais, como Governador recém-eleito de São Paulo, visitar

Tancredo Neves, para participar de uma inauguração, em Poços de Caldas. Levei aquela proposta, com o recado dos artistas do Rio de Janeiro. Publicamos ali um documento chamado "A Declaração de Poços de Caldas", contendo a seguinte redação, que transcrevo, pela sua importância histórica:

Os Governadores de São Paulo e de Minas Gerais, reunidos em Poços de Caldas, estabeleceram os seguintes pontos para uma ação conjunta:

1) Empenhar-se, juntamente com os Governadores de todos os Estados, numa campanha nacional pela eleição direta do Presidente da República.

2) Propor que se engajem nessa campanha, além dos governadores, congressistas, deputados estaduais, prefeitos, vereadores e representantes dos diversos setores da sociedade civil.

3) A campanha pela eleição direta do Presidente da República deve ter caráter suprapartidário e representar a ampla mobilização nacional, com a participação dos partidos e de toda a população do País.

4) Não se deve cogitar, por enquanto, da candidatura à Presidência da República, para não enfraquecer a luta pela eleição direta. Todas as forças devem ser concentradas na campanha pelo reconhecimento do direito que o povo tem de ser ouvido.

Essa declaração teve uma importância muito grande e marcou a diferença de movimentos que haviam sido feitos; dois ou três movimentos haviam sido feitos.

O PT havia realizado na Praça Charles Miller uma reunião pelas eleições diretas. Mas era uma reunião do PT. Como Governador, eu havia sido convidado. Não podendo comparecer, fui representado por Fernando Henrique e José Gregori. Mas era tal o fechamento, que eles não puderam falar. Era um movimento partidário a favor das Diretas. Também o PMDB havia realizado uma reunião, no Paraná, mas era muito em torno da candidatura de Ulysses Guimarães. Ulysses, infelizmente, já se havia lançado candidato em Nova Iorque.

O aspecto duro dessa declaração foi esse último item: a campanha não pode ter candidato à Presidência da República; deve ser um movimento aberto. E este foi o segredo que permitiu que ela reunisse homens de todos os partidos.

Na primeira reunião, realizada na Praça da Sé, falaram Ulysses Guimarães, Lula, Brizola, Tancredo Neves; marcou-se o caráter aberto dessa campanha.

De acordo com essa resolução, os Governadores iam reunir-se. Coube a mim, como Governador de São Paulo, reuni-los. E o fiz, duas semanas depois, chamando os dez Governadores, que assinaram e proclamaram o seguinte documento:

A eleição direta do Presidente da República é o caminho para a superação de nossa crise econômica, política e social; é a possibilidade de novos rumos para a economia brasileira, com a reafirmação da nossa soberania e o primado do mercado interno; é a oportunidade de mudança, que substituirá as decisões centralizadas pela consulta democrática aos grandes setores da sociedade; é a forma de assegurar a confiança da cidadania naqueles que são responsáveis pela condução dos seus destinos; é a melhor alternativa para os Estados e os Municípios, que precisam da sua autonomia fortalecida, em benefício da população e do País; é o alento de que necessitam os que vivem do salário e as empresas; é a esperança para a juventude; é a grande opção patriótica para o Governo Federal, que acima de interesse de grupos e ambições pessoais poderá assegurar ao País um instrumento democrático capaz de permitir que a própria Nação fixe os rumos da sua história.

A eleição direta do Presidente da República é uma reivindicação da consciência nacional. A imensa maioria dos brasileiros a reclama. A Nação tem o direito de ser ouvida.

Coube, em seguida, a convocação do primeiro comício.

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner) — Deputado Franco Montoro, já lhe concedemos — até porque estamos todos nos deleitando com sua aula de História sobre o movimento das Diretas — seis minutos além do tempo. Peço a V. Ex<sup>a</sup>, se fosse possível, que tente sintetizar o pronunciamento.

**O SR. FRANCO MONTORO** — Procurarei ser breve, e depois distribuirei os documentos que trago para conhecimento e para depoimento histórico desse grande movimento.

O primeiro comício foi na Praça da Sé, que eu convoquei. Estiveram lá presentes todos os Governadores, e todos os candidatos falaram. Pouco antes, o Presidente da República, João Figueiredo —

é um dado importantíssimo! —, solicitou a formação de uma rede nacional e declarou: “O Brasil tem uma ordem jurídica constituída, eis que prevê a eleição direta, a eleição para o colégio eleitoral. Qualquer movimento contrário será considerado subversivo e não será admitido pelo Governo”; isto significa: pelos militares.

Muitos pensavam, então, em adiar o comício, marcado para o dia 25 de janeiro. Mas me lembrei de que havia a Emenda Dante de Oliveira, e assim surgiu a idéia. No dia seguinte, também, como Governador, solicitei a formação de uma rede nacional, não consegui, mas teve grande repercussão a minha declaração. E comecei com as mesmas palavras do Presidente: “O Brasil tem uma ordem jurídica constituída. De acordo com essa ordem, é o Congresso... No Congresso há a Emenda do Deputado Dante de Oliveira. A reunião será feita para aprovar a Emenda Dante de Oliveira dentro da ordem jurídica constituída. Está confirmado o comício do dia 25 de janeiro”. E ele se realizou.

Mas havia um pavor. Era o primeiro comício de grande estilo contra a ditadura a contar com a presença de todos os Governadores. Tomei várias cautelas — não adianta, aqui, dar detalhes a respeito disso —, mas quando chegamos à Praça da Sé, era um dia chuvoso, começou a chegar uma multidão que ultrapassou todas as expectativas. Para sintetizar, ao terminar o comício eu devia falar como Governador. Um popular mandou-me, por intermédio do meu filho, um recado que usei ao encerrar o comício: “Quantas pessoas estão aqui? Cem mil? Duzentas mil? Quinhentas mil? Aqui estão 150 milhões de brasileiros a dizer: chega de ditadura. O povo brasileiro quer democracia”. E aquele início, depois, multiplicou-se por todas as Capitais do Brasil. Tivemos então um resultado impressionante, com a mobilização do povo brasileiro; foi ela que derrubou a ditadura.

Perdemos a eleição. Muitos achavam que com isso tudo estava terminado. Dissemos: “Perdemos uma batalha, mas a guerra continua. No Colégio Eleitoral, vamos concorrer com Tancredo Neves, fazendo um apelo aos Parlamentares”. Conseguimos rachar a Arena e eleger Tancredo Neves.

A história é longa, o tempo não permite continuar, mas quero lembrar a importância dessa luta, porque ela tem uma marca fundamental, que é a participação popular. Democracia é participação. É preciso substituir o regime centralizado, de um homem só. Nenhum homem é dono da verdade. É preciso um regime mais aberto, democrático, aperfeiço-

ado. A grande reforma política que o Brasil exige é assegurar ao povo brasileiro maior participação.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Parabéns ao autor da iniciativa pela oportunidade de reflexão sobre essa data importante da nossa história. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner) — Deputado Franco Montoro, esta Presidência é quem pede desculpas a V. Ex<sup>a</sup> por não permitir que a aula de História continue. Mas, infelizmente, quando estamos na direção dos trabalhos, temos a obrigação de tentar coordená-los. Pode estar certo de que a tolerância foi aquém da que V. Ex<sup>a</sup> merece.

*Durante o discurso do Sr. Franco Montoro, o Sr. Nelson Trad, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jaques Wagner, 3º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jaques Wagner) — Concedo a palavra, para falar em nome do PMDB, ao Deputado Ricardo Noronha.

Antes, porém, gostaria de convidar o Deputado Lino Rossi, como autor do requerimento de realização desta sessão, para assumir a presidência dos trabalhos.

**O SR. RICARDO NORONHA** (PMDB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, convidados especiais para este momento histórico, Sr. Governador Dante de Oliveira, Franco Montoro, Alceu Collares, nossa queridíssima Fafá de Belém, jovens, de todo o País, do PMDB, aqui representados pelo nosso Subsecretário da Juventude do DF, Luis Felipe, saudosos, inesquecíveis Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. Senhoras e Senhores, falar em nome do PMDB neste momento é uma honra tão grande que a comparo àquele movimento das multidões por muitas cidades brasileiras exigindo, depois de vinte anos de governos de exceção, o retorno da democracia plena e o restabelecimento dos direitos da cidadania, a eleição direta em todos os níveis, o direito de eleger pelo voto livre, secreto e independente o Presidente da República do nosso Brasil.

Falar hoje pelo PMDB é reviver a história deste partido que — com muita honra faço parte do seu quadro — lutou bravamente desde a instalação do regime bipartidário contra os atos arbitrários daqueles que compunham o Governo Federal. Não falo aqui apenas dos Presidentes militares, mas também daqueles brasileiros que se alojaram embaixo do manto protetor da ditadura, dos quartéis, da máquina governamental, que tudo decidia em gabinetes